



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 20, DE 2024

(n° 282/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora EUGÊNIA BARTHELMESS, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Angola.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 282

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **EUGÊNIA BARTHELMMESS**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Angola.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **EUGÊNIA BARTHELMMESS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de junho de 2024.

Brasília, 7 de Junho de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **EUGÊNIA BARTHELMESS**, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República de Angola, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **RAFAEL DE MELLO VIDAL**, será removido para embaixada do Brasil em Kiev, no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **EUGÊNIA BARTHELMESS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Denis Fontes de Souza Pinto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 366/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora EUGÊNIA BARTHELMLESS, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Angola.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/06/2024, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5833612** e o código CRC **CFED0B9F** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



**MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL
EUGENIA BARTHELMESS**

[REDACTED]
[REDACTED]

Filha de [REDACTED] e [REDACTED], [REDACTED], em [REDACTED]

Dados Acadêmicos

1981	Bacharel e Licenciada em Letras (Língua e Literatura Inglesa) pela Universidade Federal do Paraná
1986	Mestre em Letras (Literaturas de Língua Inglesa) pela Universidade Federal do Paraná
1989	CPCD - IRBR
1998	CAD - IRBR
2008	CAE - IRBr, Brasil e União Europeia: A Construção de uma Parceria Estratégica.

Cargos:

1990	Terceira-Secretária
1995	Segunda-Secretária
2001	Primeira-Secretária, por merecimento
2005	Conselheira, por merecimento
2008	Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2015	Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1991	Divisão das Nações Unidas, assistente
1994	Missão Permanente junto à OEA, Washington, Terceira-Secretária e Segunda-Secretária
1998	Embaixada em Quito, Segunda-Secretária e Primeira-Secretária
2001	Divisão da América Meridional II, assistente
2004	Subsecretaria-Geral da América do Sul, assessora e Chefe de Gabinete
2007	Missão junto à União Europeia, Bruxelas, Conselheira e Ministra-Conselheira
2011	Assessora Especial, Presidência da República
2013	Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos, Diretora
2013	Departamento da América do Sul, Diretora
2016	Departamento da América do Sul Meridional, Diretora
2019	Departamento da América do Sul, Diretora
2020	Embaixada em Singapura, Embaixadora

Condecorações:

2013	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2016	Medalha Mérito Tamandaré
2017	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2018	Ordem de Rio Branco, Grã Cruz
2018	Orden Nacional del Mérito, Paraguai, Gran Oficial
2023	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANGOLA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2024**

DADOS BÁSICOS	
Nome Oficial:	República de Angola
Gentílico:	Angolano
Capital:	Luanda
Área:	1.246.700 km ² (equivalente ao Estado do Pará, maior do que a Colômbia)
População:	37,89 milhões
Línguas oficiais:	Português
Principais religiões:	Católica Romana (41%); Protestante (38%)
Sistema político:	Regime Presidencial
Chefe de estado e de governo:	João Manuel Lourenço (desde setembro de 2017, reeleito em 24/08/2022)
Ministro das Relações Exteriores	Téte António (desde 2020)
PIB nominal (2023, FMI):	US\$ 92,80 bilhões (95,68% do PIB do Brasil de USD 2,13 trilhões)
PIB PPP (2023, FMI):	US\$ 260,32 bilhões (93% do PIB do Brasil de USD 4,1 trilhões)
PIB per capita (2023, FMI):	US\$ 2.550 (75,5% do PIB per capita do Brasil de USD 10.410)
PIB PPP per capita (2023, FMI):	US\$ 7.080 (64,74% do PIB per capita do Brasil de USD 20.080)
Variação do PIB (FMI):	-1,3% (2018); -0,7% (2019); -5,6% (2020); 1,2% (2021); 3% (2022); 1,3% (2023); 3,3% (est. 2024)
IDH (2021, PNUD):	0,586 (148ª posição de 191; Brasil é o 87)
Expectativa de vida (2022, PNUD):	62 anos
Índice de desemprego (2021, BM):	18,8%
Unidade monetária:	Kwanza (Kz)
Comunidade brasileira estimada:	27 mil

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: ComexStat)

Brasil → Angola	2013	2015	2017	2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
Intercâmbio	1998,5	677,08	936,19	585,28	535,47	577,45	1407,0	1.117,9	394,3 (-64,7%)
Exportações	1270,9	645,23	670,45	444,78	350,32	407,98	640,32	409,76	148,41
Importações	727,67	31,85	265,74	140,50	185,15	169,47	766,72	708,19	245,95
Saldo	543,23	613,38	404,71	304,28	165,17	238,50	-126,4	-298,4	-97,54

1. Dados até o mês de abril de 2024

PERFIS BIOGRÁFICOS

JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO **Presidente da República**



Nasceu em 5 de março de 1954 em Lobito, província de Benguela. Após a queda do regime salazarista em Portugal, juntou-se à luta de libertação e integrou o primeiro grupo de combatentes que entraram em território angolano. Tem formação militar (artilharia pesada). Entre 1978 e 1982, estudou na União Soviética, onde, além da formação militar, obteve o título de mestre em Ciências Históricas.

Foi presidente do Grupo Parlamentar do MPLA entre 1993 e 1998; secretário-geral do MPLA e presidente da Comissão Constitucional entre 1998 e 2003; 1º vice-presidente da Assembleia Nacional entre 2003 e 2014. Foi ministro da Defesa Nacional até 24 de julho de 2017, quando se desvinculou para concorrer às eleições presidenciais. Assumiu a Presidência da República de Angola em setembro de 2017, em substituição ao ex-Presidente José Eduardo dos Santos, o qual exerceu o cargo por quase quatro décadas (1979-2017). Foi reeleito para novo mandato presidencial de cinco anos em 24 de agosto de 2022.

TÉTE ANTÓNIO
Ministro das Relações Exteriores



Nasceu em 22 de janeiro de 1955 em Bembe, província do Uíge. Antes de tornar-se ministro, em 2020, exercia a função de secretário de estado para as Relações Exteriores (2017-20), no Ministério das Relações Exteriores de Angola (MIREX). Iniciou a carreira no MIREX no Departamento da União Africana e Instituições Especializadas da Direção África e Médio Oriente, de onde foi trabalhar na Missão Permanente junto da União Africana, em Adis Abeba (1993-1997). Posteriormente, tornou-se chefe de gabinete do vice-ministro das Relações Exteriores (1999-2002), integrante da delegação angolana no Conselho de Segurança (2003-2004) e assessor do presidente da 59ª sessão da Assembleia Geral da ONU (2004-2005). Exerceu outras importantes funções diplomáticas, como observador político da União Africana junto à Missão da ONU para a Organização de um Referendo no Saara Ocidental (MINURSO) (1997-1999); perito principal durante a presidência angolana da Comissão de Consolidação da Paz da ONU; representante da União Africana Junto da ONU; conselheiro diplomático do presidente da Comissão da União Africana; e ministro-conselheiro na Missão Permanente de Angola junto às Nações Unidas

MANUEL EDUARDO DOS SANTOS SILVA BRAVO

Embaixador em Brasília



Antes de ser designado embaixador no Brasil, exercia a função de embaixador em Nova Delhi desde 2012. Durante 10 anos, de 2001 a 2011, exerceu a função de assessor diplomático sênior do presidente José Eduardo dos Santos.

APRESENTAÇÃO

Após a independência, em novembro de 1975, instalou-se em Angola sangrenta disputa entre facções que disputavam o poder: o MPLA; a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). A Guerra Fria aguçou e armou as facções em luta, com a atuação de soldados cubanos junto ao MPLA e ingerência direta da África do Sul, à época sob o regime do *apartheid*, com apoio à FNLA e à UNITA.

A partir dos anos 1980, operações de paz das Nações Unidas passaram a atuar em Angola: a UNAVEM I (1989) fiscalizou a saída das tropas cubanas; a UNAVEM II (1991) facilitou a realização das eleições, determinadas pelos Acordos de Bicesse; e a UNAVEM III (1995), da qual participou o Brasil, monitorou o cumprimento do Protocolo de Lusaca (1994), com o intuito de desarmar a UNITA e consolidar a paz em Angola.

O fim da guerra civil, em 2002, em seguida à morte do líder histórico da UNITA, Jonas Savimbi, propiciou a pacificação do país, após 40 anos de conflitos, dos quais 15 anos de luta anticolonial e 27 anos de embates internos. Em 2012 realizaram-se, sob a égide da primeira Constituição de Angola (promulgada em 2010), as primeiras eleições gerais desde o fim da Guerra Civil.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES

Embaixador do Brasil em Luanda	Rafael de Mello Vidal
Embaixador de Angola em Brasília	Manuel Eduardo dos Santos da Silva Bravo

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS

Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Comissão Mista Brasil-Angola	VII	2023
Comissão Bilateral de Alto Nível (CBAN)	III	2022

Em novembro de 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, realizada sob a égide do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA). O reconhecimento imediato da independência angolana pelo Brasil significou gesto de grande relevância política para legitimar a soberania do novo Estado angolano e dificultar a reversão do processo de independência.

A Comissão Bilateral Brasil-Angola foi criada pelo Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola, assinado em Luanda em 11 de junho de 1980.

Em junho de 2010, foi assinada a Declaração de Parceria Estratégica entre Brasil e Angola. Angola e África do Sul são os únicos parceiros estratégicos do Brasil na África. No âmbito dessa Parceria, foi criada a Comissão Bilateral de Alto Nível (CBAN), diálogo formal entre os Chanceleres dos dois países. O mecanismo reuniu-se em três ocasiões: 2012, em Brasília; 2016, em Luanda; e em 2022, novamente em Luanda.

Na 3ª reunião da CBAN (Luanda, 01/06/2022), foi acordado entre os chanceleres de Brasil e Angola a realização da VII reunião da Comissão Mista bilateral (Comista).

A VII Comista Brasil-Angola (Brasília, 05/04/2023), marcou o relançamento da Parceria Estratégica, após 18 anos. Reuniram-se 5 GTs (agricultura; economia e transporte; educação; saúde; e segurança pública). Participaram da reunião plenária, além do Senhor ME e do chanceler de Angola, a Ministra da Saúde, além de representantes da ANAC, da SUFRAMA e da UFRGS.

VISITAS DE ALTO NÍVEL

Em seus dois primeiros mandatos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Angola em 2003 e 2007. No terceiro, realizou visita em agosto de 2023. A então presidente Dilma Rousseff visitou Angola em 2011. O então vice-presidente Hamilton Mourão esteve em Angola em 2021, para participar da XIII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, mantendo reunião bilateral com o presidente João Lourenço.

O presidente João Lourenço esteve no Brasil em 01/01/2023 para a posse do senhor PR. O então presidente angolano José Eduardo dos Santos esteve no Brasil em 2005, 2010 e em 2014.

Em 2022, o então chanceler Carlos França chefiou a delegação brasileira à 3ª reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível Brasil-Angola. O ex-chanceler Ernesto Araújo visitou Angola em 2019. O ex-chanceler Aloysio Nunes Ferreira esteve em Angola em 2018. Em 2016, o ministro Mauro Vieira esteve em Angola ocasião em que presidiu a 2ª reunião da CBAN.

O ministro das Relações Exteriores de Angola, Tété António, esteve em Brasília no mês de abril de 2023, por ocasião da VII Comista. O então chanceler Manuel Augusto Domingos esteve em Brasília em 2020 e 2019.

Em sessão de cumprimentos ao corpo diplomático, em 23/01/2024, o presidente de Angola indicou ao embaixador do Brasil em Luanda sua intenção de vir ao Brasil por ocasião da Cúpula dos Líderes do G20, em novembro.

Angola foi representada, na Reunião de Chanceleres do G20, em fevereiro de 2024, pelo ministro de Estado da Coordenação Econômica, José de Lima Massano.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Programa de Cooperação Brasil-Angola possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em junho de 1980 e promulgado em outubro de 1990. Brasil e Angola desenvolveram, no período de 1997 a 2022, 83 iniciativas, nas quais o Brasil aportou cerca de US\$ 6 milhões. Não está contabilizado nesse montante o valor das horas técnicas despendidas pelos representantes das instituições brasileiras envolvidas, principal ativo da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional.

Destacam-se os seguintes projetos:

(i) Banco de Leite Humano em Angola. O projeto, em curso, viabilizou a instalação da primeira unidade de coleta, processamento e doação de leite humano do país, na Maternidade Lucrecia Paim, em Luanda;

(ii) Apoio à implementação e à gestão de medidas para a prevenção e o controle do câncer. O projeto, em curso, tem como objetivo a reformulação da Política Nacional para a prevenção e controle do câncer, além da formação de médicos do Instituto Angolano de Controlo de Câncer (IACC) no Instituto Nacional do Câncer (INCA), no Rio de Janeiro. Já foram diplomados sete médicos angolanos, em especialidades como anatomia patológica, medicina intensiva, radiologia, radioterapia, anestesiologia e oncopediatria;

(iii) Apoio à implementação e à gestão de medidas para atenção integral às pessoas com doença falciforme em Angola; e

(iv) Programa do Desenvolvimento de Regiões Irrigadas e Políticas de Apoio à Agricultura Familiar.

O desenvolvimento do vale do Cunene, localizado no Sul de Angola, figura como uma das pautas prioritárias da agenda bilateral, estabelecida não só pelas instâncias superiores que guiam a agenda binacional, mas também pelos órgãos do governo angolano que elaboram políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do país. Ademais da cooperação técnica na região, o governo de Angola manifestou

intenção de construir agenda empresarial no Cunene para prospecção de oportunidades de investimento, bem como atrair investimento brasileiro na área de processamento de carne de aves, com vistas a instalação de planta industrial no país. No Cunene, o Brasil teria a contribuir no desenvolvimento da agricultura irrigada de base familiar

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O comércio bilateral atingiu recorde histórico em 2008, com US\$ 4,2 bilhões (exportações brasileiras de US\$ 1,96 bilhão) e manteve-se até 2014 em torno de US\$ 1,2-1,5 bilhão. De 2015 a 2021, período que coincide com a queda sistemática do preço do petróleo, houve declínio na corrente de comércio bilateral: as exportações de produtos brasileiros sofreram os efeitos da crise econômica e da contração da demanda angolana, reduzindo-se a US\$ 350 milhões em 2020 (fluxo total US\$ 535 milhões).

A partir de 2022, a corrente comercial mostrou sinais de recuperação. Em 2022, a corrente de comércio entre o Brasil e Angola totalizou US\$ 1,41 bilhões, acréscimo de 143,7% em comparação a 2021, com déficit para o Brasil de US\$ - 126,4 milhões. Em 2023, houve decréscimo de 20,5% da corrente de comércio, principalmente puxado pela queda de 36% nas exportações brasileiras. Em vista disso, o déficit comercial brasileiro se elevou a US\$ 298,4 milhões.

As exportações brasileiras em 2023 alcançaram US\$ 409,8 milhões. Os principais produtos exportados foram: carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (US\$ 53,8 milhões - 60%); partes e acessórios dos veículos automotivos (US\$ 33 milhões + 58,2%); açúcares e melaços (US\$ 31,7 milhões - 72%); e despojos comestíveis de carnes, preparados ou preservados (US\$ 29,9 milhões - 40%). Nota-se que todos esses itens haviam apresentado queda também no ano de 2022.

As importações somaram US\$ 708,2 milhões (queda de 7,6% em relação ao ano anterior). Os principais produtos importados foram: óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (US\$ 640 milhões, ou 90% do total); e óleos

combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (US\$ 67,5 milhões, ou 9,5% do total).

Em 2023, Angola foi o 64º destino das exportações brasileiras, responsável por 0,1% das exportações, e o 47º país de origem das importações, respondendo por 0,3% das importações brasileiras.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Em 03/12/2019, Angola efetuou o pagamento integral, e de forma antecipada, de seu saldo devedor junto ao Governo brasileiro, no valor de US\$ 589,3 milhões (US\$ 581 milhões relativos ao BNDES e US\$ 8,3 milhões ao BB-PROEX). A dívida referia-se a contratos firmados antes de 2015. Angola jamais atrasou pagamentos de parcelas devidas, portanto nunca houve acúmulo de atrasados. Deste modo, os depósitos do governo angolano na conta-garantia atingiram, em 2019, saldo suficiente para liquidar o restante dos empréstimos desembolsados antes da interrupção das linhas de crédito.

A Embaixada de Angola em Brasília propôs, em outubro de 2022, Memorando de Entendimento Brasil-Angola (MEBA) que viabilize o retorno dos créditos à exportação. O Brasil já negociou 17 memorandos edições do MEBA com Angola desde a década de 1980. Trata-se de instrumento ao abrigo do qual são realizadas as operações de financiamento do comércio bilateral de bens e serviços.

O Brasil segue comprometido com a negociação de novo MEBA, que deverá alavancar o comércio bilateral e os investimentos. Um importante elemento a ser definido é a contragarantia a ser apresentada pela parte angolana.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

Angola é um dos principais países africanos beneficiados pelo PEC-G, ocupando a 3ª posição em número de selecionados, na série histórica (desde 2000).

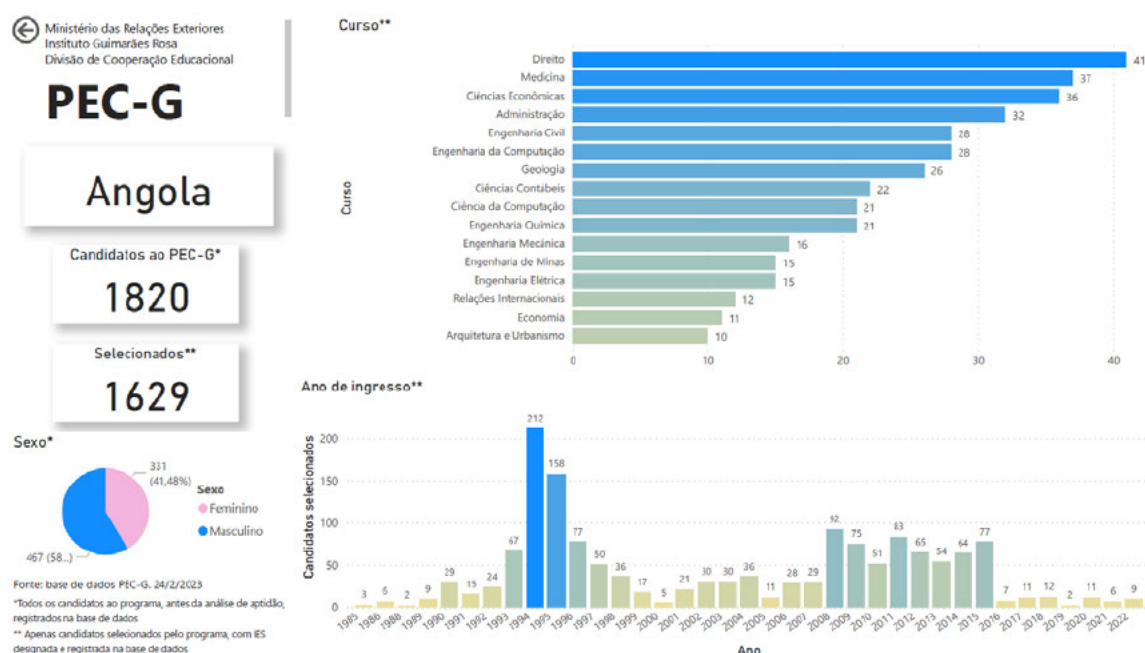
No passado, a maioria dos estudantes angolanos no Programa recebiam bolsa, no valor de US\$ 500 mensais, do Instituto Nacional de Gestão de Bolsa de Estudos

(INAGBE) de Angola. Atualmente, devido a restrições orçamentárias, o instituto só oferece bolsas para a pós-graduação e para alguns cursos de medicina no exterior.

PEC-G – selecionados angolanos

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total (2000 a 2022)
48	83	63	53	59	77	7*	11	12	2	11	6	9	11	790

*Desde a seleção 2016 passou a ser exigido o certificado de CELPE-BRAS, inclusive para países lusófonos.



PEC-PG: selecionados angolanos

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total (2000 a 2019)
8	10	8	2	3	8	4	3	4	8	9	89

Angola ocupa a 11^a posição em número de selecionados gerais para o PEC-PG, que oferece formação em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em instituições de ensino superior brasileiras. Os cinco maiores beneficiários são Colômbia, Moçambique, Peru, Cabo Verde e Argentina. O último edital, iniciado em 2020, com resultados divulgados em 2022, no qual 9 estudantes angolanos foram selecionados.

ASSUNTOS CONSULARES

A embaixada do Brasil em Luanda apresenta o segundo maior movimento de concessão de vistos da rede mundial do Itamaraty, após o Haiti. A comunidade brasileira em Angola é estimada em 27 mil nacionais – cerca de dois terços de todos os brasileiros no continente africano. O número de brasileiros que visitam o país como turistas é baixo. Os objetivos de viagem predominantes são negócios e a visita a parentes. Os principais destinos são Luanda e a cidade de Benguela, no sul do país.

Por ocasião de sua visita, em abril de 2023, o senhor PR anunciou a abertura do Consulado-Geral em Luanda, como reconhecimento do forte crescimento do intercâmbio entre as populações dos dois países.

<h2>POLÍTICA INTERNA</h2>

ESTRUTURA DO GOVERNO

Angola é uma república presidencialista. O presidente da República é o chefe de Estado e de governo, podendo ser eleito por até dois mandatos consecutivos. A eleição do presidente e do vice-presidente tem como base os votos recebidos nas eleições para a Assembleia Nacional.

O Poder Legislativo é unicameral, composto pela Assembleia Nacional, de 220 deputados. O parlamento inclui membros eleitos tanto pelo princípio da representação proporcional dos votos totais como pelo da igualdade de representação entre as províncias do país.

O Judiciário inclui o Tribunal Constitucional, a mais alta corte de Angola; o Tribunal Supremo, última instância da jurisdição comum; o Tribunal de Contas; e o Supremo Tribunal Militar. As funções executivas do processo eleitoral são de competência da Comissão Nacional Eleitoral.

CONTEXTO RECENTE

Nas primeiras eleições gerais do país, em 2012, o MPLA elegeu o presidente José Eduardo dos Santos, com 72% dos votos válidos. José Eduardo dos Santos permaneceu no poder por quase quatro décadas, até 2017, quando decidiu não mais se apresentar como cabeça de lista do MPLA para as eleições. Nas eleições de 2017, o então ministro da Defesa, João Lourenço, cabeça de lista do MPLA, foi eleito presidente da República, tendo o MPLA angariado 61% dos votos, contra 26% para a UNITA.

Na eleição presidencial angolana de 24/08/2022 foi reeleito João Lourenço, do MPLA, com 51,17% dos votos (124 deputados). A UNITA amealhou 43,95% dos votos (90 deputados), historicamente seu melhor desempenho.

<h2>POLÍTICA EXTERNA</h2>

O Presidente João Lourenço tem enfatizado uma diplomacia pragmática e ativa, voltada à captação de investimentos estrangeiros produtivos, com foco em aportes do setor privado. O objetivo é estabelecer mecanismos regulatórios e operacionais que projetem a imagem de uma nova Angola, comprometida com o combate à corrupção e à impunidade.

Angola tem buscado assumir maior projeção no cenário internacional, em particular em seu continente, com o propósito de ser reconhecida como potência emergente subsaariana. O país possui a segunda maior economia da África Austral (após a África do Sul). Além das relações com o entorno regional, há bom relacionamento com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs).

Ao utilizar seu próprio exemplo de superação de conflitos, o país projeta-se como interlocutor em processos de estabilização africanos, não só entre os países vizinhos, mas também em outras zonas do continente, como o Golfo da Guiné e a

Região dos Grandes Lagos. O governo angolano defende soluções africanas para problemas africanos e busca reforçar o papel das organizações regionais. Apoia o fortalecimento de entidades como a União Africana (UA) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), nas quais mantém engajamento ativo. Angola atribui importância prioritária à UA como foro de concertação político-diplomática entre os países africanos, e também é membro da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e da Comissão do Golfo da Guiné (CGG).

O país tenta demonstrar que tem capacidade de oferecer contribuição efetiva aos esforços direcionados à prevenção de conflitos e à manutenção da paz no continente: enviou contingentes civis, policiais e militares à Missão de Prevenção da SADC no Lesoto (SAPMIL, no acrônimo em inglês), realizada de 2017 a 2018, e tem manifestado crescente interesse no ensino e no treinamento de oficiais e tropas, em particular no que concerne a operações de paz e ajuda humanitária. Também possui contingentes na Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique (SAMIM), em permanência naquele país até julho de 2024.

Fora do continente, Angola prioriza os parceiros estratégicos (Brasil, EUA e China) e países com os quais mantém laços tradicionais, como Portugal, Rússia e Cuba. A diplomacia angolana tem-se desdobrado para atrair investidores e incentivar parcerias internacionais que possam favorecer o crescimento e a diversificação de sua economia.

Em reconhecimento da postura proativa de Angola em seu contexto regional, a União Africana concedeu ao Presidente João Lourenço em 2022 o título de "líder da paz e reconciliação". O presidente angolano tem tido seu papel mediador reconhecido pela ONU e Angola tem mantido relações diplomáticas e comerciais estáveis com a União Europeia, Estados Unidos, Rússia e China. O presidente João Lourenço desloca-se com frequência para mediar conflitos na região, tendo agido como mediador na crise entre a RDC (República Democrática do Congo) e Ruanda.

ECONOMIA

A economia angolana vincula-se às receitas do petróleo, setor que responde por 95% das exportações do país, por mais de 50% de suas receitas totais e por cerca de 30% do PIB. Essa dependência expõe o país às oscilações do preço do petróleo, de modo que o governo angolano mostra-se cada vez mais consciente da necessidade de diversificação econômica. Apesar da queda na produção, por falta de novos investimentos, o país é o segundo maior produtor africano, atrás apenas da Nigéria, e um dos dez maiores exportadores no mundo.

ACORDO COM O FMI

O governo angolano assinou com o FMI, em 2018, Programa de Financiamento, no âmbito do Mecanismo de Financiamento Alargado, pelo qual receberá cerca de US\$ 4,5 bilhões. O Programa procura sanar as contas públicas, melhorar o ambiente de negócios, regularizar o fluxo de divisas internacionais e atrair investimentos estrangeiros. O FMI avaliou que Angola "está em transição para uma recuperação gradual de múltiplos choques, incluindo aqueles induzidos pela pandemia de Covid-19" e que "a visão política das autoridades continua sólida". O Conselho de Administração do FMI concluiu, em dezembro de 2021, a sexta e última avaliação do programa econômica de Angola, permitindo a liberação de cerca de US\$ 748 milhões. A subida dos preços do petróleo contribuiu para o elevado excedente na conta corrente do país. Segundo o Fundo, o início da recuperação do crescimento no setor não petrolífero poderá contribuir para ampla estabilização da produção global.

AGENDA DE REFORMAS

Em acréscimo às medidas de ajuste fiscal, a agenda de reformas econômicas contempla a modernização do arcabouço legislativo em favor da melhora do ambiente de negócios no país. Foram propostas novas regras para facilitação do

investimento privado, defesa da concorrência e repatriação de capitais e está em curso a reestruturação de empresas públicas, como a Sonangol.

A persistência do governo de João Lourenço em observar os compromissos assumidos com o FMI dá mais uma demonstração do novo paradigma de reformas económicas ortodoxas e liberalizantes que o presidente tem procurado construir desde o início de seu mandato.

João Lourenço logrou aprovar uma série de marcos jurídicos que visam a restringir o dirigismo estatal e incentivar o livre mercado. Citem-se as leis do investimento privado, da concorrência, das parcerias público-privadas, o novo marco para investimentos no setor de hidrocarbonetos e o ambicioso programa de privatizações, que contempla 195 empresas, incluindo estatais e participações.

Diante da insuficiência da poupança doméstica, historicamente deslocada pelo Estado, a atração de investimentos estrangeiros diretos (IED) tornou-se fator crucial para o sucesso das novas concessões em energias renováveis, telecomunicações, mineração, petróleo, refinarias, além dos projetos de diversificação da economia, que buscam desenvolver sobretudo o turismo e a agricultura.

Um dos fatores que dificultou a atração de investidores estrangeiros foi a ausência de relações de correspondência bancária com os EUA desde fins de 2015, o que tornou as transferências em dólares com destino ou origem em Angola operações custosas. O principal motivo para a saída dos bancos correspondentes estadunidenses foi a inadequação da legislação financeira angolana aos padrões de segurança exigidos nos EUA. A situação foi sanada com a aprovação, em 20/11/2019, de lei contra a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, elaborada com assistência do FMI, do Departamento do Tesouro dos EUA e do Federal Reserve.

Em janeiro de 2020 o Banco Central Angolano (BNA) dispensou de licenciamento prévio o ingresso de capitais estrangeiros em investimentos produtivos no país, bem como a remessa ao exterior de rendimentos associados a investimentos. Trata-se da primeira medida concreta de flexibilização da conta de capitais, dando assim passo significativo no sentido de atrair investidores estrangeiros.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
Ano	Evento
2022	Reeleição do Presidente João Lourenço
2017	João Lourenço sucede José Eduardo dos Santos na presidência da República
2012	Primeiras eleições gerais. Vence José Eduardo dos Santos
2012	Criação de fundo soberano
2010	Aprovada a Constituição
2008	Novas eleições legislativas
2006	Memorando de entendimento para a paz em Cabinda
2002	Morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA
1999	Fim da Missão das Nações Unidas
1998	Novos combates de alta intensidade
1994	Protocolo de Lusaca para desmobilização e reconciliação
1993	Sanções multilaterais contra a UNITA
1992	Primeiras eleições legislativas
1990	Aprovação do multipartidarismo
1981-1990	Guerra civil
1975	Independência do país e início da guerra civil
Antes de 1975	Domínio colonial português

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
Ano	Evento
2023	Visita a Angola do Presidente Lula (agosto)
2023	VII Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola (abril)
2022	III reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível Brasil-Angola (Luanda, 1º de junho).
2022	Segunda reunião (virtual) do Comitê Conjunto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) (3 de fevereiro).
2021	Visita a Angola do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e do ministro das Relações Exteriores, Carlos França.
2020	Visita do ministro das Relações Exteriores da República de Angola, Manuel Augusto Domingos (Brasília, 2 de março).
2019	Visita do ministro Ernesto Araújo a Angola (12 de dezembro).
2019	O chanceler angolano, Manuel Augusto, representou o presidente João Lourenço nas cerimônias de posse do presidente Jair Bolsonaro e manteve encontro bilateral com o ministro Ernesto Araújo (1º de janeiro).
2018	Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira a Angola, ocasião em que se encontrou com o chanceler Manuel Augusto e foi recebido em audiência pelo presidente João Lourenço (9 de fevereiro).
2016	Encontros do chanceler José Serra com os ministros do Exterior

	de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique e com o secretário-executivo da CPLP (30 de outubro).
2016	O vice-presidente angolano, Manuel Domingos Vicente, chefiou a delegação de seu país à XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Brasília (outubro/novembro).
2016	Visita oficial do ministro Mauro Vieira a Angola, ocasião em que presidiu, com o chanceler Georges Chikoti, a II reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível Brasil-Angola (13 e 14 de abril).
2015	O vice-presidente da República, Michel Temer, representou o Brasil na comemoração do 40º Aniversário da Independência de Angola, bem como na cerimônia de inauguração da nova sede de sua Assembleia Nacional (novembro).
2015	O ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti, realizou visita oficial ao Brasil no contexto das comemorações dos 40 anos do reconhecimento brasileiro da independência de Angola e do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países (12 e 13 de novembro).
2015	Visita oficial do ministro Mauro Vieira a Angola, ocasião em que assinou o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Brasil e Angola, com seu homólogo, o chanceler Georges Chikoti (1 de abril).
2014	Visita ao Brasil do presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos (16 de junho).
2012	Visita do ministro de Relações Exteriores de Angola, George Chikoti, por ocasião da I reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (13 e 14 de novembro).
2011	Visita do ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti (5 de dezembro).
2011	Visita da presidente Dilma Rousseff a Angola (20 de outubro).
2011	Visita do ministro Antonio de Aguiar Patriota a Angola (21 de julho).
2010	Visita do presidente José Eduardo dos Santos ao Brasil, quando se estabeleceu a Parceria Estratégica (23 de junho).
2007	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola.
2005	VI Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
2003	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola.
2002	Início da concessão de vagas em Universidades brasileiras para angolanos em cursos de graduação (PEC-G) e pós-graduação (PEC-PG).
1992	V Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
1988	IV Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
1984	III Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
1983	II Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
1982	I Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral.
1980	Assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica.
1975	O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS		
Título do Acordo	Celebração	Status
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Cooperação no campo do Turismo Sustentável	25/08/2023	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para evitar a dupla tributação dos lucros do transporte aéreo e marítimo internacional	05/04/2023	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola	24/09/2019	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Superior das Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola.	09/02/2018	Em vigor
Memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a formalização da cessão do uso de imóveis para a Embaixada do Brasil em Angola e para a Embaixada da Angola no Brasil.	02/05/2017	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Promoção de Investimentos nos Setores da Indústria, da Agricultura, da Energia e dos Serviços	01/04/2015	Em vigor
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola	01/04/2015	Em vigor
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre a Facilitação de Vistos	16/06/2014	Em vigor

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Executivo da República de Angola para a implementação do Programa de Parceria Estratégica de Cooperação Técnica	13/11/2012	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do “Projeto Piloto em Doença Falciforme	23/06/2010	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação do Serviço de Sanidade Vegetal e Capacitação Técnica para Inspeção Fitossanitária	23/06/2010	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio ao Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola”	23/06/2010	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do projeto “Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos”	23/06/2010	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do projeto “Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos”	23/06/2010	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola”	23/06/2010	Em vigor
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio do Ensino Superior e Formação de Quadros	23/06/2010	Em vigor
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Educação Não-Superior e Formação	23/06/2010	Em vigor

Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola	23/06/2010	Em vigor
Ata de Compromisso entre a Embaixada da República Federativa do Brasil e a Fundação Eduardo dos Santos "FESA"	17/08/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Cessão Recíproca de Imóveis para o Funcionamento dos Centros Culturais do Brasil em Angola e de Angola no Brasil	17/08/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Formalização da Cessão de Uso de Imóveis para a Embaixada do Brasil em Angola e para a Embaixada de Angola no Brasil	17/08/2009	Em vigor
Carta de Intenções sobre a Cooperação no Domínio do Desenvolvimento Social, entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome da República Federativa do Brasil e o Ministério da Assistência e Reinserção Social da República de Angola	15/08/2009	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Angola para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola"	17/07/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Angola para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola"	17/07/2008	Em vigor
Memorando de Entendimento para Cooperação com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública de Angola	09/11/2007	Em vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola	18/10/2007	Em vigor
Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República de Angola para o Incentivo à Formação Científica de Estudantes Angolanos	18/10/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Escola de Todos"	18/10/2007	Em vigor

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Capacitação para Elaboração de Proposta de Reforma Curricular"	18/10/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária"	18/10/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola"	09/07/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola"	26/05/2006	Em vigor
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública.	03/05/2005	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Angola e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Cooperação na Área de Aquicultura e Pesca.	29/01/2004	Em vigor
Segunda Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional, firmado em 28/04/1999	04/11/2003	Em vigor
Protocolo de Cooperação sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura e Pecuária	03/11/2003	Em vigor
Memorando de Entendimento ao Amparo do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para apoiar o Desenvolvimento do Programa "Escola para Todos" em sua fase Emergencial (2004-2007)	03/11/2003	Em vigor
Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da	03/11/2003	Em vigor

República de Angola		
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no Domínio do Desporto	03/11/2003	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola"	03/11/2003	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para as Áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional	03/11/2003	Em vigor
Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica no Domínio da Segurança e da Ordem Pública, entre a República Federativa do Brasil e a República da Angola.	14/11/2000	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços.	31/05/1999	Em vigor
Ata de Cerimônia de entrega da Contribuição do Governo do Brasil ao Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional do Governo de Angola.	25/11/1996	Em vigor
Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola na Área de Desenvolvimento Educacional	10/09/1991	Em vigor
Declaração Conjunta.Brasileiro-Angolana	10/09/1991	Em vigor
Comunicado Conjunto Brasileiro - Angolano	28/01/1989	Em vigor
Comunicado Conjunto à Imprensa entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola	05/07/1988	Em vigor
Acordo para a concessão de Créditos e Financiamento Adicional ao Projeto Kapanda entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola	18/05/1988	Em vigor
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica sobre Cooperação no Campo das Comunicações, de 11/06/80, entre a República Federativa do Brasil e a República	20/10/1983	Em vigor

Popular de Angola		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola	12/04/1983	Em vigor
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Angola	11/06/1980	Em vigor
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Angola.	11/06/1980	Em vigor
Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola	11/06/1980	Em vigor

Não há acordos bilaterais em tramitação no Congresso Nacional.

ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO BILATERAL

Angola

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Angola

Jan-Abr / 2024

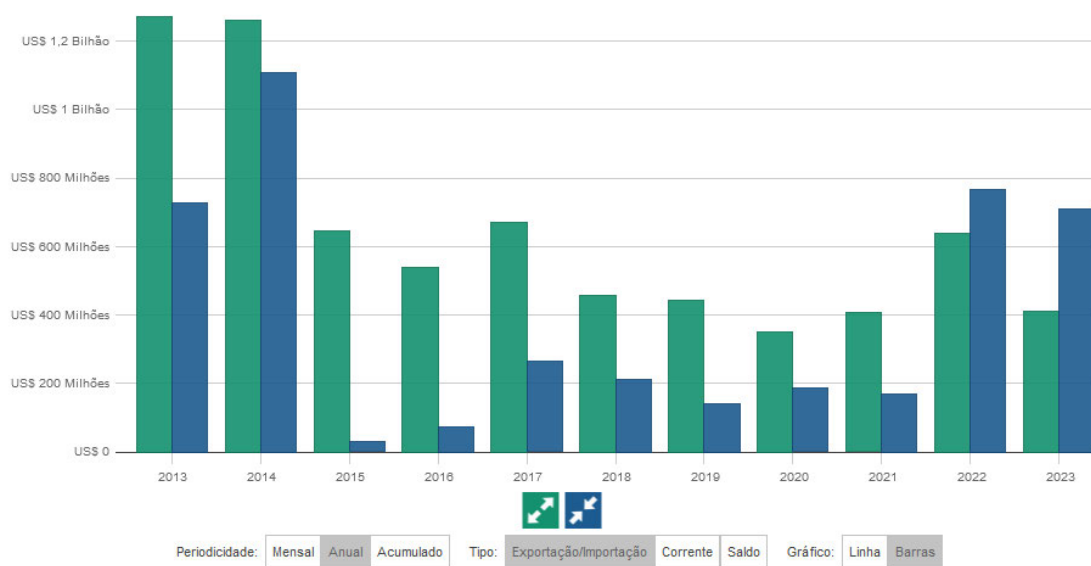
2023



Série histórica - Parceiro: Angola

Total

ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Jan-Abr / 2024 2023



Jan-Abr / 2024 2023

